

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **3000007-67.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Tiago Henrique da Silva**
 Requerido: **Município de Ibaté - Prefeitura Municipal e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

TIAGO HENRIQUE DA SILVA move ação indenizatória em face de MUNICÍPIO DE IBATÉ e de JOÃO SIQUEIRA FILHO alegando, em síntese, que após regular aprovação em concurso público foi investido no emprego público de serviços gerais no ano de 2011, trabalhando no Departamento de Água e Esgotos como leiturista. Sustenta que os réus, por razões de natureza eleitoral, teriam ofendido seus direitos da personalidade quando alteraram seu trabalho para varredor de ruas e praças públicas. Pleiteia a condenação dos demandados ao pagamento de indenização em valor equivalente a vinte salários mínimos, em decorrência do constrangimento que lhe foi infligido. Com a inicial vieram os documentos de fls. 11/16.

Os réus foram citados e apresentaram contestação (fls. 39/45 e 50/54). João Siqueira Filho apontou inexistência de dano moral, asseverando que não houve perseguição, porquanto a atividade de varredor de ruas é compatível com o emprego público de serviços gerais. Pediu a improcedência da ação e a condenação do autor como litigante de má-fé. O Município contrapôs os argumentos lançados na petição inicial e defendeu a legalidade do ato administrativo. Requereu, similarmente, a improcedência.

Instadas as partes, o autor e o réu João Siqueira Filho postularam a produção de prova oral. Silente o Município.

É o relatório.
Fundamento e DECIDO.

A ação é improcedente.

Reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Também não vislumbro qualquer vício impeditivo de julgamento do mérito, estando ausentes as hipóteses dos artigos 267 e 295 do Código de Processo Civil.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo inócuo e despendendo produzir provas em audiência ou fora dela, principalmente porque são matérias incontroversas. Sabe-se que é permitido ao julgador apreciá-las livremente, seguindo impressões pessoais, tudo em conformidade com o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, norteador do sistema processual brasileiro.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse caso, temos em conta que: 1) os elementos de convicção acostados são suficientes ao deslinde da causa e hábeis a sustentar a linha decisória; 2) quaisquer provas adicionais careceriam de aptidão para modificar o dispositivo; 3) as próprias alegações de ambas as partes, ao delimitar os elementos objetivos da lide, fazem concluir pelo julgamento no estado em que se encontra o processo.

Do teor das respostas apresentadas é possível extrair-se que a alteração da atividade de leiturista para a de varredor de ruas e praças é fato incontroverso.

O pleito indenizatório não merece prosperar, porquanto não se vislumbra, na hipótese, a ocorrência de dano moral a ser reparado.

De fato, entendo que os acontecimentos narrados não são aptos a constituir dano moral a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece. Não houve abusos efetivamente demonstrados ou qualquer outra consequência concreta, tanto que não há pedido para invalidação do ato administrativo.

Nesse ponto, é oportuno enaltecer o trabalho árduo e indispensável daqueles que limpam ruas e praças, mantendo o ambiente saudável para todos.

Pois, o aborrecimento por que passou o autor não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada. Saliente-se que o mero aborrecimento, pequenas ofensas e percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça que *“só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral”* (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos inúmeros fatos corriqueiros irritantes e desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Não se vislumbra, de outra parte, a prática, pelo autor, de atos previstos no artigo 17 do Código de Processo Civil a ensejar condenação por litigância de má-fé.

Pelo exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Arcará o autor com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 10% do valor da causa atualizado, observada a gratuidade concedida (fl.19).

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 03 de fevereiro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA